

TERMO DE ANÁLISE E ATESTADO DE CREDENCIAMENTO DO ADMINISTRADOR OU GESTOR DE FUNDOS DE INVESTIMENTO			
Número do Termo de Análise de Credenciamento			
Número do Processo (Nº protocolo ou processo)			
I - DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL – RPPS			
Ente Federativo	MUNICÍPIO DE PELOTAS	CNPJ	87.455.531/0001-57
Unidade Gestora do RPPS	INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PUBLICOS MUNICIPAIS DE PELOTAS	CNPJ	03.577.180/0001-67
II - DA INSTITUIÇÃO A SER CREDENCIADA		ADMINISTRADOR	GESTOR
Razão Social	Banco Itaú Unibanco S.A.	CNPJ	60.701.190/0001-04
Endereço	Av. Faria Lima 3500 – 4º andar São Paulo, SP Brasil CEP:04538-132	Data Constituição	NOVEMBRO DE 2008
E-mail (s)		Telefone (s)	11 3631-2668
Data do registro na CVM	06/07/1989	Categoria (s)	Administrador de Carteiras de Valores Mobiliários
Data do registro no BACEN	22/12/1988	Categoria (s)	Gestor de Carteiras de Valores Mobiliários
Principais contatos com RPPS		Cargo	E-mail
A instituição atende ao previsto nos incisos I e II do § 2º art. 21 da Resolução CMN nº 5.272/2025?		Sim	Não
A instituição está livre de registros de suspensão ou de inabilitação na CVM ou outro órgão competente?		Sim	Não
A instituição detém elevado padrão ético de conduta nas operações realizadas no mercado financeiro e não possui restrições que, a critério da CVM, do Banco Central do Brasil ou de outros órgãos competentes, desaconselhem um relacionamento seguro?		Sim	Não
Os profissionais diretamente relacionados à gestão de ativos de terceiros da instituição possuem experiência mínima de 5 (cinco) anos na atividade?		Sim	Não
A instituição e seus principais controladores possuem adequado histórico de atuação no mercado financeiro?		Sim	Não
Em caso de Administrador de fundo de investimento, este detém no máximo 50% (cinquenta por cento) dos recursos sob sua administração oriundos de regimes próprios de previdência social?		Sim	Não
III - DAS CLASSES DE FUNDOS DE INVESTIMENTOS EM QUE A INSTITUIÇÃO ESTÁ SENDO CREDENCIADA:			
	Art. 7º, I		Art. 8º, III
	Art. 7º, II		Art. 8º, IV
	Art. 7º, III		Art. 9º, I
	Art. 7º, IV		Art. 9º-, II
	Art. 7º, V		Art. 9º, III
	Art. 7º, VI		Art. 10, I
	Art. 7º, VII		Art. 10, II
	Art. 7º, VIII		Art. 10, III
	Art. 7, IX		Art. 10, IV
	Art. 8º, I		Art. 11
	Art. 8º, II		
IV - FUNDOS ADMINISTRADOS/GERIDOS PELA INSTITUIÇÃO PARA FUTURA DECISÃO DE INVESTIMENTOS:		CNPJ	Data da Análise
ITAÚ IDKA 2 IPCA FIC RENDA FIXA		32.922.086/0001-04	08/04/2026
ITAÚ INSTITUCIONAL IMA-B 5 FIC RENDA FIXA I		09.093.819/0001-15	08/04/2026
TODOS OS FUNDOS QUE ATENDEREM A LEGISLAÇÃO VIGENTE E QUE TIVEREM UMA ANÁLISE DETALHADA POR PARTE DO COMITÊ DE INVESTIMENTO E APROVAÇÃO.			08/04/2026
V - DA ANÁLISE DA INSTITUIÇÃO OBJETO DE CREDENCIAMENTO			
Estrutura da Instituição	De acordo. <input checked="" type="checkbox"/>		
Segregação de Atividades	Estrutura organizacional devidamente separada por responsabilidades. <input checked="" type="checkbox"/>		
Qualificação do corpo técnico	Possui aptidão técnica para desempenhar as atividades de administração e gestão de fundos de investimentos destinados aos Regimes Próprios de Previdência Social RPPS.		
Histórico e experiência de atuação	Mais de 10 anos atuando no mercado financeiro.		
Principais Categorias e Fundos ofertados	Renda Fixa e Renda Variável. <input checked="" type="checkbox"/>		
Avaliação dos riscos assumidos pelos fundos sob sua administração/gestão	Compatível com a categoria que o investimento pertence. <input checked="" type="checkbox"/>		
Verificação de informações sobre conduta nas operações realizadas no mercado financeiro e restrições que desaconselham um relacionamento seguro	É possuidora de elevado padrão ético de conduta nas operações realizadas no mercado financeiro e ausência de restrições que, a critério do Banco Central do Brasil, da Comissão de Valores Mobiliários ou de outros órgãos competentes desaconselham um relacionamento seguro.		
Regularidade Fiscal e Previdenciária	De acordo.		



Volume de recursos sob administração/gestão	R\$ 831 bilhões de reais sob sua administração entre todos os segmentos geridos.
Avaliação da rentabilidade dos fundos sob sua administração/gestão	Compatível com a categoria que o investimento pertence.
Embasamento em formulários de diligência previstos em códigos de autorregulação relativos à administração de recursos de terceiros	CVM/Ambima/BCB.
Outros critérios de análise	Ressalta-se a necessidade de acompanhamento permanente da solidez patrimonial, da capacidade econômico-financeira, da estrutura operacional, do risco reputacional e da experiência de atuação da instituição no mercado financeiro. Tais critérios são avaliados de forma sistemática pelo RPPS, como parte integrante de seus controles internos, governança e política de gestão de riscos, tendo sua relevância reforçada com a entrada em vigor da Resolução CMN nº 5.272/2025, que ampliou o caráter técnico e preventivo do processo de credenciamento.

VI - DO PARECER FINAL SOBRE A INSTITUIÇÃO:
Instituição devidamente autorizada a participar do mercado financeiro pelos órgãos reguladores (BACEN/CVM/ANBIMA), bem como seus instrumentos para investimentos de acordo com as normas reguladoras do mercado destinados aos Regimes Próprios.

Local:			Data
VIII - RESPONSÁVEIS PELO CREDENCIAMENTO:	Cargo	CPF	Assinatura
RENATO MENDONCA ABREU	PRESIDENTE	571.697.300-06	<i>Renato Mendonça Abreu</i>
ANTONIO SERGIO PEREIRA SANTIN	GESTOR/ COMITÊ DE INVESTIMENTO	384.227.270-72	<i>Antonio S P Santin</i>
FERNANDA LUCENA JEZIORSKI	COMITÊ DE INVESTIMENTO	919.863.620-00	<i>Fernanda lucena Jeziorski</i>
DANIEL BRUM CORREA	COMITÊ DE INVESTIMENTO	007.223.970-03	<i>Daniel Brum Corrêa</i>
SAULO ROBERTO BERNARDES BANDEIRA	COMITÊ DE INVESTIMENTO	755.409.080-15	<i>Saulo Roberto Bernardes Bandeira</i>
MAURO COELHO LINDEMANN	COMITÊ DE INVESTIMENTO	929.630.990-53	<i>Mauro C. Lindemann</i>



TERMO DE ANÁLISE E ATESTADO DE CREDENCIAMENTO DO ADMINISTRADOR OU GESTOR DE FUNDOS DE INVESTIMENTO				
Número do Termo de Análise de Credenciamento				
Número do Processo (Nº protocolo ou processo)				
I - DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL – RPPS				
Ente Federativo	MUNICÍPIO DE PELOTAS	CNPJ	87.455.531/0001-57	
Unidade Gestora do RPPS	INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PUBLICOS MUNICIPAIS DE PELOTAS	CNPJ	03.577.180/0001-67	
II - DA INSTITUIÇÃO A SER CREDENCIADA		ADMINISTRADOR		GESTOR
Razão Social	Itau Unibanco Asset Management LTDA	CNPJ	40.430.971/0001-96	
Endereço	Av. Faria Lima 3500 – 4º andar São Paulo, SP Brasil CEP:04538-132	Data Constituição	17/01/2021	
E-mail (s)		Telefone (s)	(11) 3631-2555	
Data do registro na CVM	28/06/2021	Categoria (s)	Gestor de Carteiras de Valores Mobiliários	
Data do registro no BACEN		Categoria (s)	Gestor de Carteiras de Valores Mobiliários	
Principais contatos com RPPS		Cargo	E-mail	Telefone
A instituição atende ao previsto nos incisos I e II do § 2º art. 21 da Resolução CMN nº 5.272/2025?		Sim		Não
A instituição está livre de registros de suspensão ou de inabilitação na CVM ou outro órgão competente?		Sim		Não
A instituição detém elevado padrão ético de conduta nas operações realizadas no mercado financeiro e não possui restrições que, a critério da CVM, do Banco Central do Brasil ou de outros órgãos competentes, desaconselhem um relacionamento seguro?		Sim		Não
Os profissionais diretamente relacionados à gestão de ativos de terceiros da instituição possuem experiência mínima de 5 (cinco) anos na atividade?		Sim		Não
A instituição e seus principais controladores possuem adequado histórico de atuação no mercado financeiro?		Sim		Não
Em caso de Administrador de fundo de investimento, este detém no máximo 50% (cinquenta por cento) dos recursos sob sua administração oriundos de regimes próprios de previdência social?		Sim		Não
III - DAS CLASSES DE FUNDOS DE INVESTIMENTOS EM QUE A INSTITUIÇÃO ESTÁ SENDO CREDENCIADA:				
	Art. 7º, I			Art. 8º, III
	Art. 7º, II			Art. 8º, IV
	Art. 7º, III			Art. 9º, I
	Art. 7º, IV			Art. 9º-, II
	Art. 7º, V			Art. 9º, III
	Art. 7º, VI			Art. 10, I
	Art. 7º, VII			Art. 10, II
	Art. 7º, VIII			Art. 10, III
	Art. 7, IX			Art. 10, IV
	Art. 8º, I			Art. 11
	Art. 8º, II			
IV - FUNDOS ADMINISTRADOS/GERIDOS PELA INSTITUIÇÃO PARA FUTURA DECISÃO DE INVESTIMENTOS:		CNPJ	Data da Análise	
ITAÚ IDKA 2 IPCA FIC RENDA FIXA		32.922.086/0001-04	08/04/2026	
ITAÚ INSTITUCIONAL IMA-B 5 FIC RENDA FIXA I		09.093.819/0001-15	08/04/2026	
TODOS OS FUNDOS QUE ATENDEREM A LEGISLAÇÃO VIGENTE E QUE TIVEREM UMA ANÁLISE DETALHADA POR PARTE DO COMITÊ DE INVESTIMENTO E APROVAÇÃO.			08/04/2026	
V - DA ANÁLISE DA INSTITUIÇÃO OBJETO DE CREDENCIAMENTO				
Estrutura da Instituição	De acordo. <input checked="" type="checkbox"/>			
Segregação de Atividades	Estrutura organizacional devidamente separada por responsabilidades. <input checked="" type="checkbox"/>			
Qualificação do corpo técnico	Possui aptidão técnica para desempenhar as atividades de administração e gestão de fundos de investimentos destinados aos Regimes Próprios de Previdência Social RPPS.			
Histórico e experiência de atuação	Apesar do Itau Unibanco Asset Management LTDA ser uma empresa nova no mercado ela pertence ao Banco Itaú, e com isto também possui a experiência de mercado de um banco já consolidado.			
Principais Categorias e Fundos ofertados	Renda Variável. <input checked="" type="checkbox"/>			
Avaliação dos riscos assumidos pelos fundos sob sua administração/gestão	Compatível com a categoria que o investimento pertence. <input checked="" type="checkbox"/>			
Verificação de informações sobre conduta nas operações realizadas no mercado financeiro e restrições que desaconselham um relacionamento seguro	É possuidora de elevado padrão ético de conduta nas operações realizadas no mercado financeiro e ausência de restrições que, a critério do Banco Central do Brasil, da Comissão de Valores Mobiliários ou de outros órgãos competentes desaconselham um relacionamento seguro.			
Regularidade Fiscal e Previdenciária	De acordo.			



Volume de recursos sob administração/gestão	R\$ 864 bilhões de reais sob sua administração entre todos os segmentos geridos.
Avaliação da rentabilidade dos fundos sob sua administração/gestão	Compatível com a categoria que o investimento pertence.
Embasamento em formulários de diligência previstos em códigos de autorregulação relativos à administração de recursos de terceiros	CVM/Ambima/BCB.
Outros critérios de análise	Ressalta-se a necessidade de acompanhamento permanente da solidez patrimonial, da capacidade econômico-financeira, da estrutura operacional, do risco reputacional e da experiência de atuação da instituição no mercado financeiro. Tais critérios são avaliados de forma sistemática pelo RPPS, como parte integrante de seus controles internos, governança e política de gestão de riscos, tendo sua relevância reforçada com a entrada em vigor da Resolução CMN nº 5.272/2025, que ampliou o caráter técnico e preventivo do processo de credenciamento.

VI - DO PARECER FINAL SOBRE A INSTITUIÇÃO:
Instituição devidamente autorizada a participar do mercado financeiro pelos órgãos reguladores (BACEN/CVM/ANBIMA), bem como seus instrumentos para investimentos de acordo com as normas reguladoras do mercado destinados aos Regimes Próprios.

Local:			Data
VIII - RESPONSÁVEIS PELO CREDENCIAMENTO:	Cargo	CPF	Assinatura
RENATO MENDONCA ABREU	PRESIDENTE	571.697.300-06	<i>Renato Mendonça Abreu</i>
ANTONIO SERGIO PEREIRA SANTIN	GESTOR/ COMITÊ DE INVESTIMENTO	384.227.270-72	<i>Antonio S P Santin</i>
FERNANDA LUCENA JEZIORSKI	COMITÊ DE INVESTIMENTO	919.863.620-00	<i>Fernanda lucena Jeziorski</i>
DANIEL BRUM CORREA	COMITÊ DE INVESTIMENTO	007.223.970-03	<i>Daniel Brum Corrêa</i>
SAULO ROBERTO BERNARDES BANDEIRA	COMITÊ DE INVESTIMENTO	755.409.080-15	<i>Saulo Roberto Bernardes Bandeira</i>
MAURO COELHO LINDEMANN	COMITÊ DE INVESTIMENTO	929.630.990-53	<i>Mauro C. Lindemann</i>



**TERMO DE ANÁLISE E ATESTADO DE CREDENCIAMENTO DA INSTITUIÇÃO FINANCEIRA BANCÁRIA -
APLICAÇÃO DIRETA EM ATIVO FINANCEIRO DE RENDA FIXA (ART. 7º, VI, RESOLUÇÃO CMN Nº 5.272/2025)**

Número do Termo de Análise de Credenciamento				
Número do Processo (Nº protocolo ou processo)				
I - DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL – RPPS				
Ente Federativo	MUNICÍPIO DE PELOTAS	CNPJ	87.455.531/0001-57	
Unidade Gestora do RPPS	INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PUBLICOS MUNICIPAIS DE PELOTAS	CNPJ	03.577.180/0001-67	
II - DA INSTITUIÇÃO A SER CREDENCIADA				
Razão Social	Banco Itaú Unibanco S.A.	CNPJ	60.701.190/0001-04	
Endereço	Av. Faria Lima 3500 – 4º andar São Paulo, SP Brasil CEP:04538-132	Data Constituição	NOVEMBRO DE 2008	
E-mail (s)		Telefone (s)	11 3631-2668	
Data do registro no BACEN	06/07/1989	Categoria (s)	Administrador de Carteira de Valores Mobiliários	
Código Emissor				
Principais contatos com RPPS		Cargo	E-mail	Telefone
Trata-se de instituição financeira bancária autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil?		Sim		Não
A instituição atende ao previsto nos incisos I, do § 2º, do art. 21, da Resolução CMN nº 5.272/2025?		Sim		Não
A instituição está livre de registros de suspensão ou de inabilitação no Banco Central do Brasil ou outro órgão competente?		Sim		Não
A instituição detém elevado padrão ético de conduta nas operações realizadas no mercado financeiro e não possui restrições que, a critério do Banco Central do Brasil ou de outros órgãos competentes, desaconselhem um relacionamento seguro?		Sim		Não
Apenas serão ofertados ativos financeiros de renda fixa com obrigação ou coobrigação da instituição financeira bancária S1 ou S2, nos termos do art. 21º,§2º, I da Resolução CMN nº 5.272/2025?		Sim		Não
Os ativos financeiros de renda fixa ofertados estão em conformidade com as regras estabelecidas em normas do Banco Central do Brasil?		Sim		Não
Os profissionais diretamente relacionados à gestão de ativos de terceiros da instituição possuem experiência mínima de 5 (cinco) anos na atividade?		Sim		Não
A instituição e seus principais controladores possuem adequado histórico de atuação no mercado financeiro?		Sim		Não
III - ATIVOS FINANCEIROS OFERTADOS PELA INSTITUIÇÃO PARA FUTURA DECISÃO DE INVESTIMENTOS:		Código ISIN	Data da Análise	
A letra financeira oferecida pela instituição cadastrada, considerando o prazo de investimento a taxa de juros e principalmente o Rating.				
IV - DA ANÁLISE DA INSTITUIÇÃO OBJETO DE CREDENCIAMENTO				
Estrutura da Instituição	De acordo.☑			
Segregação de Atividades	Estrutura organizacional devidamente separada por responsabilidades.☑			
Qualificação do corpo técnico	Possui aptidão técnica para desempenhar as atividades de administração e gestão de fundos de investimentos destinados aos Regimes Próprios de Previdência Social RPPS.			
Histórico e experiência de atuação	Mais de 10 anos atuando no mercado financeiro.			
Principais Categorias e Fundos ofertados	Renda Fixa e Renda Variável.☑			
Avaliação dos riscos assumidos pelos fundos sob sua administração/gestão	Compatível com a categoria que o investimento pertence.☑			
Verificação de informações sobre conduta nas operações realizadas no mercado financeiro e restrições que desaconselham um relacionamento seguro	É possuidora de elevado padrão ético de conduta nas operações realizadas no mercado financeiro e ausência de restrições que, a critério do Banco Central do Brasil, da Comissão de Valores Mobiliários ou de outros órgãos competentes desaconselham um relacionamento seguro.			
Regularidade Fiscal e Previdenciária	De acordo.			
Volume de recursos sob administração/gestão	R\$ 831 bilhões de reais sob sua administração entre todos os segmentos geridos.			
Avaliação da rentabilidade dos fundos sob sua administração/gestão	Compatível com a categoria que o investimento pertence.			



Embasamento em formulários de diligência previstos em códigos de autorregulação relativos à administração de recursos de terceiros	CVM/Ambima/BCB.
Outros critérios de análise	Ressalta-se a necessidade de acompanhamento permanente da solidez patrimonial, da capacidade econômico-financeira, da estrutura operacional, do risco reputacional e da experiência de atuação da instituição no mercado financeiro. Tais critérios são avaliados de forma sistemática pelo RPPS, como parte integrante de seus controles internos, governança e política de gestão de riscos, tendo sua relevância reforçada com a entrada em vigor da Resolução CMN nº 5.272/2025, que ampliou o caráter técnico e preventivo do processo de credenciamento.

V - DO PARECER FINAL SOBRE A INSTITUIÇÃO:

Instituição devidamente autorizada a participar do mercado financeiro pelos órgãos reguladores (BACEN/CVM/ANBIMA), bem como seus instrumentos para investimentos de acordo com as normas reguladoras do mercado destinados aos Regimes Próprios.

A letra financeira oferecida pela instituição deverá passar por análise dos gestores e atender aos requisitos mínimos como: I) O prazo de carência estar de acordo com as obrigações futuras do RPPS; II) A taxa de juros da operação deverá obrigatoriamente suprir a necessidade da meta da política de investimento e objetivos do RPPS; III) O rating (análise de risco) deverá ser de elevado padrão e risco baixo e; IV) instituição estar presente na lista exaustiva disponibilizada pela SPREV.

Local:	Data:		
VI - RESPONSÁVEIS PELO CREDENCIAMENTO:	Cargo	CPF	Assinatura
RENATO MENDONCA ABREU	PRESIDENTE	571.697.300-06	<i>Renato Mendonça Abreu</i>
ANTONIO SERGIO PEREIRA SANTIN	GESTOR/ COMITÊ DE INVESTIMENTO	384.227.270-72	<i>Antonio S.P. Santin</i>
FERNANDA LUCENA JEZIORSKI	COMITÊ DE INVESTIMENTO	919.863.620-00	<i>Fernanda Lucena Jeziorski</i>
DANIEL BRUM CORREA	COMITÊ DE INVESTIMENTO	007.223.970-03	<i>Daniel Brum Corrêa</i>
SAULO ROBERTO BERNARDES BANDEIRA	COMITÊ DE INVESTIMENTO	755.409.080-15	<i>Saulo Roberto Bernardes Bandeira</i>
MAURO COELHO LINDEMANN	COMITÊ DE INVESTIMENTO	929.630.990-53	<i>Mauro C. Lindemann</i>



CRENCIAMENTO DE ADMINISTRADOR OU GESTOR DE FUNDO DE INVESTIMENTO

Nos termos do inciso VI do § 1º do art. 1º da Resolução CMN nº 5.272, de 18 de dezembro de 2025, os responsáveis pela gestão do Regime Próprio de Previdência Social – RPPS deverão realizar o prévio credenciamento, bem como o acompanhamento e a avaliação, das instituições que participem, direta ou indiretamente, do processo de investimento dos recursos previdenciários. O credenciamento abrange o gestor e o administrador de fundos de investimento, a instituição financeira bancária responsável pela administração de carteira ou pela seleção de ativos, a instituição financeira autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil responsável pela intermediação das operações, bem como o custodiante, observado o disposto no art. 21, § 2º, da referida Resolução.

O § 3º do art. 1º da Resolução CMN nº 5.272/2025 estabelece que os parâmetros para o credenciamento deverão abranger, entre outros aspectos, o histórico e a experiência de atuação da instituição, o volume de recursos sob sua gestão e administração, a solidez patrimonial, a exposição a risco reputacional, o padrão ético de conduta, a aderência da rentabilidade a indicadores de desempenho e o cumprimento das condições prudenciais previstas no art. 21, § 2º.

A Resolução CMN nº 5.272/2025 condiciona a participação das instituições financeiras no processo de investimento dos recursos dos RPPS ao atendimento das condições previstas no art. 21, §§ 2º e 8º. No caso das aplicações em fundos de investimento, deverá ser verificado se o administrador OU o gestor do fundo são instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, classificadas nos segmentos prudenciais S1 ou S2, ou que fazem parte de conglomerados prudenciais de instituições que pertençam a esses segmentos, bem como que estejam regularmente registradas na Comissão de Valores Mobiliários como administrador de carteiras de valores mobiliários, nos termos da Resolução CVM nº 21, de 25 de fevereiro de 2021.

Nesse contexto, o credenciamento envolve a verificação da regularidade institucional e do atendimento contínuo às condições normativas, prudenciais e operacionais exigidas para a atuação das instituições no âmbito dos investimentos dos RPPS. A avaliação inicial e o acompanhamento das instituições credenciadas devem considerar os riscos financeiros, operacionais, reputacionais e legais associados à sua atuação.

A Resolução CMN nº 5.272/2025 dispõe, em seu art. 1º, § 4º, que são considerados responsáveis pelo cumprimento de suas disposições, por ação ou omissão, na medida de suas atribuições, todas as pessoas que participem dos processos de análise, assessoramento e decisão no âmbito do RPPS, incluídos dirigentes, membros de conselhos, comitê de investimentos, responsáveis pela gestão das aplicações, procuradores com poderes de gestão, consultores e demais profissionais envolvidos. São igualmente responsáveis os agentes do mercado financeiro e de capitais que participem da distribuição, intermediação, gestão, administração e custódia dos ativos, bem como outros prestadores de serviços contratados.

O credenciamento das instituições não afasta, limita ou transfere as responsabilidades legais, regulatórias e fiduciárias atribuídas aos dirigentes e gestores do RPPS, tampouco às próprias instituições e aos seus administradores e gestores. O RPPS deverá monitorar periodicamente os prestadores de serviços credenciados, avaliando a manutenção de sua capacidade técnica, de seu enquadramento prudencial e de sua aderência às normas vigentes, bem como a existência de situações que possam caracterizar conflitos de interesses.

O art. 8º-A da Lei nº 9.717, de 27 de novembro de 1998, estabelece que os dirigentes do ente federativo instituidor do RPPS, os dirigentes da unidade gestora e os demais responsáveis pelas decisões de investimento e aplicação dos recursos previdenciários, inclusive consultores, distribuidores, instituições financeiras administradoras de carteira, fundos de investimento, seus gestores e administradores, respondem solidariamente, na medida de sua participação, pelo ressarcimento de prejuízos decorrentes de aplicações realizadas em desacordo com a legislação vigente.

Além dos princípios, requisitos e limites previstos na Resolução CMN nº 5.272/2025, deverão ser observados os parâmetros gerais da gestão dos investimentos estabelecidos nas normas gerais de organização e funcionamento dos RPPS expedidas pelo Ministério da Previdência Social, especialmente aqueles relativos ao credenciamento de instituições, à governança, à gestão de riscos, à transparência e ao controle dos investimentos.

A utilização deste Termo de Declaração no processo de credenciamento não exime os responsáveis pela gestão do RPPS da realização de análise técnica das instituições, dos fundos de investimento e dos ativos que receberão recursos previdenciários, constituindo-se este documento em elemento formal integrante do processo decisório relativo aos investimentos do regime.

Ciente.

Renato Mendonça Abreu

RENATO MENDONCA ABREU CPF: 571.697.300-06

Antônio S P Santin

ANTONIO SERGIO PEREIRA SANTIN CPF: 384.227.270-72

Banco Itaú Unibanco S.A.



CRENCIAMENTO DE ADMINISTRADOR OU GESTOR DE FUNDO DE INVESTIMENTO

Nos termos do inciso VI do § 1º do art. 1º da Resolução CMN nº 5.272, de 18 de dezembro de 2025, os responsáveis pela gestão do Regime Próprio de Previdência Social – RPPS deverão realizar o prévio credenciamento, bem como o acompanhamento e a avaliação, das instituições que participem, direta ou indiretamente, do processo de investimento dos recursos previdenciários. O credenciamento abrange o gestor e o administrador de fundos de investimento, a instituição financeira bancária responsável pela administração de carteira ou pela seleção de ativos, a instituição financeira autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil responsável pela intermediação das operações, bem como o custodiante, observado o disposto no art. 21, § 2º, da referida Resolução.

O § 3º do art. 1º da Resolução CMN nº 5.272/2025 estabelece que os parâmetros para o credenciamento deverão abranger, entre outros aspectos, o histórico e a experiência de atuação da instituição, o volume de recursos sob sua gestão e administração, a solidez patrimonial, a exposição a risco reputacional, o padrão ético de conduta, a aderência da rentabilidade a indicadores de desempenho e o cumprimento das condições prudenciais previstas no art. 21, § 2º.

A Resolução CMN nº 5.272/2025 condiciona a participação das instituições financeiras no processo de investimento dos recursos dos RPPS ao atendimento das condições previstas no art. 21, §§ 2º e 8º. No caso das aplicações em fundos de investimento, deverá ser verificado se o administrador OU o gestor do fundo são instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, classificadas nos segmentos prudenciais S1 ou S2, ou que fazem parte de conglomerados prudenciais de instituições que pertençam a esses segmentos, bem como que estejam regularmente registradas na Comissão de Valores Mobiliários como administrador de carteiras de valores mobiliários, nos termos da Resolução CVM nº 21, de 25 de fevereiro de 2021.

Nesse contexto, o credenciamento envolve a verificação da regularidade institucional e do atendimento contínuo às condições normativas, prudenciais e operacionais exigidas para a atuação das instituições no âmbito dos investimentos dos RPPS. A avaliação inicial e o acompanhamento das instituições credenciadas devem considerar os riscos financeiros, operacionais, reputacionais e legais associados à sua atuação.

A Resolução CMN nº 5.272/2025 dispõe, em seu art. 1º, § 4º, que são considerados responsáveis pelo cumprimento de suas disposições, por ação ou omissão, na medida de suas atribuições, todas as pessoas que participem dos processos de análise, assessoramento e decisão no âmbito do RPPS, incluídos dirigentes, membros de conselhos, comitê de investimentos, responsáveis pela gestão das aplicações, procuradores com poderes de gestão, consultores e demais profissionais envolvidos. São igualmente responsáveis os agentes do mercado financeiro e de capitais que participem da distribuição, intermediação, gestão, administração e custódia dos ativos, bem como outros prestadores de serviços contratados.

O credenciamento das instituições não afasta, limita ou transfere as responsabilidades legais, regulatórias e fiduciárias atribuídas aos dirigentes e gestores do RPPS, tampouco às próprias instituições e aos seus administradores e gestores. O RPPS deverá monitorar periodicamente os prestadores de serviços credenciados, avaliando a manutenção de sua capacidade técnica, de seu enquadramento prudencial e de sua aderência às normas vigentes, bem como a existência de situações que possam caracterizar conflitos de interesses.

O art. 8º-A da Lei nº 9.717, de 27 de novembro de 1998, estabelece que os dirigentes do ente federativo instituidor do RPPS, os dirigentes da unidade gestora e os demais responsáveis pelas decisões de investimento e aplicação dos recursos previdenciários, inclusive consultores, distribuidores, instituições financeiras administradoras de carteira, fundos de investimento, seus gestores e administradores, respondem solidariamente, na medida de sua participação, pelo ressarcimento de prejuízos decorrentes de aplicações realizadas em desacordo com a legislação vigente.

Além dos princípios, requisitos e limites previstos na Resolução CMN nº 5.272/2025, deverão ser observados os parâmetros gerais da gestão dos investimentos estabelecidos nas normas gerais de organização e funcionamento dos RPPS expedidas pelo Ministério da Previdência Social, especialmente aqueles relativos ao credenciamento de instituições, à governança, à gestão de riscos, à transparência e ao controle dos investimentos.

A utilização deste Termo de Declaração no processo de credenciamento não exime os responsáveis pela gestão do RPPS da realização de análise técnica das instituições, dos fundos de investimento e dos ativos que receberão recursos previdenciários, constituindo-se este documento em elemento formal integrante do processo decisório relativo aos investimentos do regime.

Ciente.

Renato Mendonça Abreu

RENATO MENDONCA ABREU CPF: 571.697.300-06

Antônio SP Santin

ANTONIO SERGIO PEREIRA SANTIN CPF: 384.227.270-72

Itau Unibanco Asset Management LTDA



CRENCIAMENTO DE EMISSOR DE ATIVO FINANCEIRO DE RENDA FIXA

Nos termos do inciso VI do § 1º do art. 1º da Resolução CMN nº 5.272, de 18 de dezembro de 2025, os responsáveis pela gestão do Regime Próprio de Previdência Social – RPPS deverão realizar o prévio credenciamento, bem como o acompanhamento e a avaliação, das instituições que participem, direta ou indiretamente, do processo de investimento dos recursos previdenciários. O credenciamento abrange o gestor e o administrador de fundos de investimento, a instituição financeira bancária responsável pela administração de carteira ou pela seleção de ativos, a instituição financeira autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil responsável pela intermediação das operações, bem como o custodiante, observado o disposto no art. 21, § 2º, da referida Resolução.

O § 3º do art. 1º da Resolução CMN nº 5.272/2025 estabelece que os parâmetros para o credenciamento deverão abranger, entre outros aspectos, o histórico e a experiência de atuação da instituição, o volume de recursos sob sua gestão e administração, a solidez patrimonial, a exposição a risco reputacional, o padrão ético de conduta, a aderência da rentabilidade a indicadores de desempenho e o cumprimento das condições prudenciais previstas no art. 21, § 2º.

A Resolução CMN nº 5.272/2025 condiciona a participação das instituições financeiras no processo de investimento dos recursos dos RPPS ao atendimento das condições previstas no art. 21, §§ 2º e 8º. No caso das aplicações em fundos de investimento, deverá ser verificado se o administrador OU o gestor do fundo são instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, classificadas nos segmentos prudenciais S1 ou S2, ou que fazem parte de conglomerados prudenciais de instituições que pertençam a esses segmentos, bem como que estejam regularmente registradas na Comissão de Valores Mobiliários como administrador de carteiras de valores mobiliários, nos termos da Resolução CVM nº 21, de 25 de fevereiro de 2021.

Nesse contexto, o credenciamento envolve a verificação da regularidade institucional e do atendimento contínuo às condições normativas, prudenciais e operacionais exigidas para a atuação das instituições no âmbito dos investimentos dos RPPS. A avaliação inicial e o acompanhamento das instituições credenciadas devem considerar os riscos financeiros, operacionais, reputacionais e legais associados à sua atuação.

A Resolução CMN nº 5.272/2025 dispõe, em seu art. 1º, § 4º, que são considerados responsáveis pelo cumprimento de suas disposições, por ação ou omissão, na medida de suas atribuições, todas as pessoas que participem dos processos de análise, assessoramento e decisão no âmbito do RPPS, incluídos dirigentes, membros de conselhos, comitê de investimentos, responsáveis pela gestão das aplicações, procuradores com poderes de gestão, consultores e demais profissionais envolvidos. São igualmente responsáveis os agentes do mercado financeiro e de capitais que participem da distribuição, intermediação, gestão, administração e custódia dos ativos, bem como outros prestadores de serviços contratados.

O credenciamento das instituições não afasta, limita ou transfere as responsabilidades legais, regulatórias e fiduciárias atribuídas aos dirigentes e gestores do RPPS, tampouco às próprias instituições e aos seus administradores e gestores. O RPPS deverá monitorar periodicamente os prestadores de serviços credenciados, avaliando a manutenção de sua capacidade técnica, de seu enquadramento prudencial e de sua aderência às normas vigentes, bem como a existência de situações que possam caracterizar conflitos de interesses.

O art. 8º-A da Lei nº 9.717, de 27 de novembro de 1998, estabelece que os dirigentes do ente federativo instituidor do RPPS, os dirigentes da unidade gestora e os demais responsáveis pelas decisões de investimento e aplicação dos recursos previdenciários, inclusive consultores, distribuidores, instituições financeiras administradoras de carteira, fundos de investimento, seus gestores e administradores, respondem solidariamente, na medida de sua participação, pelo ressarcimento de prejuízos decorrentes de aplicações realizadas em desacordo com a legislação vigente.

Além dos princípios, requisitos e limites previstos na Resolução CMN nº 5.272/2025, deverão ser observados os parâmetros gerais da gestão dos investimentos estabelecidos nas normas gerais de organização e funcionamento dos RPPS expedidas pelo Ministério da Previdência Social, especialmente aqueles relativos ao credenciamento de instituições, à governança, à gestão de riscos, à transparência e ao controle dos investimentos.

A utilização deste Termo de Declaração no processo de credenciamento não exime os responsáveis pela gestão do RPPS da realização de análise técnica das instituições, dos fundos de investimento e dos ativos que receberão recursos previdenciários, constituindo-se este documento em

Ciente.

RENATO MENDONCA ABREU CPF: 571.697.300-06

Renato Mendonça Abreu

ANTONIO SERGIO PEREIRA SANTIN CPF: 384.227.270-72

Banco Itaú Unibanco S.A.





Credenciamento Itau

Data e Hora de Criação: 07/05/2026 às 08:47:14

Documentos que originaram esse envelope:

- Termo de Análise e Atestado - Administrador de Fundo de Investimento - ITAU - PELOTAS.pdf (Arquivo PDF) - 2 página(s)
- Termo de Análise e Atestado - Gestor de Fundo de Investimento - ITAU ASSET - PELOTAS.pdf (Arquivo PDF) - 2 página(s)
- Termo de Análise e Atestado - Instituição Financeira Bancaria emissora de ativo financeiro de ren.pdf (Arquivo PDF) - 2 página(s)
- Termo_de_Credenciamento_Administrador_ou_Gestor_de_Fundo_de_Investimento_-_ITAU_-_PELOTAS_-_TERM.pdf (Arquivo PDF) - 1 página(s)
- Termo_de_Credenciamento_Gestor_de_Fundo_de_Investimento_-_ITAU_ASSET_-_PELOTAS_-_TERMO_DE_DECLAR.pdf (Arquivo PDF) - 1 página(s)
- Termo_de_Credenciamento_Instituicao_Financeira_Bancaria_emissora_de_ativo_financeiro_de_renda_fi.pdf (Arquivo PDF) - 1 página(s)



Hashs únicas referente à esse envelope de documentos

[SHA256]: 042606b5f346ddcf6efa2091db1f3429a7d8870806fb4697ae1e062e35845a4b

[SHA512]: 63295d9c7d3376e490c8e359519ea80af3570aca4b214fedbc7070c495141d759a25c15475eadf0b51735c6b0f06c5ac7c487566e2e5ca34466269417773e74

Lista de assinaturas solicitadas e associadas à esse envelope



ASSINADO - Antônio Sergio Pereira Santin (santin.prevpel@gmail.com)

Data/Hora: 07/05/2026 - 09:14:40, IP: 170.79.75.42

[SHA256]: b5c870f80720ffccac375af7f79cdabafecd3fe57c5a0112e3023ab7d87df888

Assinatura Eletrônica Avançada (Conforme Lei nº 14.063/20, art. 4º, II)

Antônio S.P. Santin



ASSINADO - Renato Mendonça Abreu (renato.pel.rs@gmail.com)

Data/Hora: 07/05/2026 - 09:18:48, IP: 170.79.75.42

[SHA256]: 469120814af89d5aaaa4f272ce8a71056539d9aa1db3d3c2868647135852cfd

Assinatura Eletrônica Avançada (Conforme Lei nº 14.063/20, art. 4º, II)

Renato Mendonça Abreu



ASSINADO - Daniel Brum Correa (danielbc.geo@gmail.com)

Data/Hora: 07/05/2026 - 09:33:45, IP: 179.68.26.210

[SHA256]: 1c9d2119cdbe8fe292ff6fc57c6503602d9822ad3f96daec8c37dc4f73a7993a

Assinatura Eletrônica Avançada (Conforme Lei nº 14.063/20, art. 4º, II)

Daniel Brum Corrêa



ASSINADO - Fernanda Lucena Jeziorski (fernanda@linuxrs.com.br)

Data/Hora: 12/05/2026 - 08:38:41, IP: 170.79.75.42

[SHA256]: fbfa46a7a8511e9cbc6e81fb309660e29837292f32d122569f9231f3a68b3d23

Assinatura Eletrônica Avançada (Conforme Lei nº 14.063/20, art. 4º, II)

Fernanda lucena Jeziorski



ASSINADO - Mauro Coelho Lindemann (maurolindemann@gmail.com)

Data/Hora: 10/05/2026 - 22:44:21, IP: 181.220.85.135, Geolocalização: [-31.741367, -52.391280]

[SHA256]: 63bb97dd7dea78d2118b9d63a688d0c11b0b9372050ff7014b3578e387d50b8b

Assinatura Eletrônica Avançada (Conforme Lei nº 14.063/20, art. 4º, II)

MAURO COELHO LINDEMANN



ASSINADO - Saulo Roberto Bernardes Bandeira (saulobandeira02@hotmail.com)

Data/Hora: 07/05/2026 - 12:26:21, IP: 181.77.32.151, Geolocalização: [-29.383946, -50.872774]

[SHA256]: e0a16b17cd5dd463a09171bcea9dbb2afbdf8b1052436c4012e558f3d4de8ef1

Assinatura Eletrônica Avançada (Conforme Lei nº 14.063/20, art. 4º, II)

Histórico de eventos registrados neste envelope

- 12/05/2026 08:38:44 - Envelope finalizado por fernanda@linuxrs.com.br, IP 170.79.75.42
- 12/05/2026 08:38:41 - Assinatura realizada por fernanda@linuxrs.com.br, IP 170.79.75.42
- 10/05/2026 22:44:22 - Assinatura realizada por maurolindemann@gmail.com, IP 181.220.85.135
- 07/05/2026 12:26:21 - Assinatura realizada por saulobandeira02@hotmail.com, IP 181.77.32.151
- 07/05/2026 12:25:52 - Envelope visualizado por saulobandeira02@hotmail.com, IP 181.77.32.151
- 07/05/2026 09:33:45 - Assinatura realizada por danielbc.geo@gmail.com, IP 179.68.26.210
- 07/05/2026 09:32:47 - Envelope visualizado por danielbc.geo@gmail.com, IP 179.68.26.210
- 07/05/2026 09:18:48 - Assinatura realizada por renato.pel.rs@gmail.com, IP 170.79.75.42
- 07/05/2026 09:18:04 - Envelope visualizado por renato.pel.rs@gmail.com, IP 170.79.75.42



Credenciamento Itau

Data e Hora de Criação: 07/05/2026 às 08:47:14

Documentos que originaram esse envelope:

- Termo de Análise e Atestado - Administrador de Fundo de Investimento - ITAU - PELOTAS.pdf (Arquivo PDF) - 2 página(s)
- Termo de Análise e Atestado - Gestor de Fundo de Investimento - ITAU ASSET - PELOTAS.pdf (Arquivo PDF) - 2 página(s)
- Termo de Análise e Atestado -Instituição Financeira Bancaria emissora de ativo financeiro de ren.pdf (Arquivo PDF) - 2 página(s)
- Termo_de_Credenciamento_Administrador_ou_Gestor_de_Fundo_de_Investimento_-_ITAU_-_PELOTAS_-_TERM.pdf (Arquivo PDF) - 1 página(s)
- Termo_de_Credenciamento_Gestor_de_Fundo_de_Investimento_-_ITAU_ASSET_-_PELOTAS_-_TERMO_DE_DECLAR.pdf (Arquivo PDF) - 1 página(s)
- Termo_de_Credenciamento_Instituicao_Financeira_Bancaria_emissora_de_ativo_financeiro_de_renda_fi.pdf (Arquivo PDF) - 1 página(s)



Hashs únicas referente à esse envelope de documentos

[SHA256]: 042606b5f346ddcf6efa2091db1f3429a7d8870806fb4697ae1e062e35845a4b

[SHA512]: 63295d9c7d3376e490c8e359519ea80af3570aca4b214fedbec7070c495141d759a25c15475eadf0b51735c6b0f06c5ac7c487566e2e5ca34466269417773e74

Histórico de eventos registrados neste envelope

- 07/05/2026 09:14:40 - Assinatura realizada por santin.prevpel@gmail.com, IP 170.79.75.42
- 07/05/2026 09:14:32 - Envelope visualizado por santin.prevpel@gmail.com, IP 170.79.75.42
- 07/05/2026 09:12:46 - Envelope registrado na Blockchain por santin.prevpel@gmail.com, IP 170.79.75.42
- 07/05/2026 09:12:43 - Envelope encaminhado para assinaturas por santin.prevpel@gmail.com, IP 170.79.75.42
- 07/05/2026 08:47:22 - Envelope criado por santin.prevpel@gmail.com, IP 170.79.75.42